

25 de Março 2023
Auditório do Pavilhão Multiusos de Odivelas

Salvar o SNS e combater o negócio da doença

Encontro sobre os Cuidados
de Saúde no Concelho de
Odivelas.

VIVER MELHOR
na nossa terra

 **PCP**

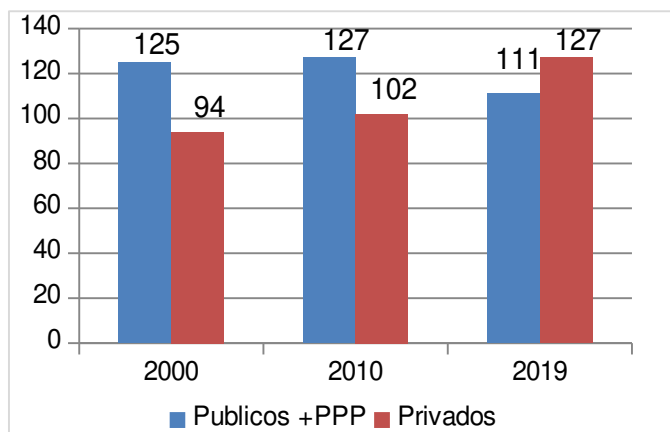
Por Mais e Melhor Saúde em Odivelas

Cuidados de Saúde no concelho de Odivelas: Salvar o SNS e combater o negócio da doença

O Serviço Nacional de Saúde (SNS) foi uma das mais importantes conquistas da Revolução de Abril. Foi o SNS que garantiu um progresso avassalador nos indicadores de saúde. Portugal passou a ter uma das mortalidades infantis mais baixas do mundo, uma forte diminuição da mortalidade materna e uma elevada cobertura vacinal. O direito à saúde com carácter universal e gratuito ficou plasmado na Constituição da República Portuguesa.

Nas últimas décadas os grupos económicos definiram a saúde como uma área de negócio a conquistar, assistindo-se ao surgimento em grande escala de unidades privadas, designadamente hospitais.

Evolução do número de hospitais Públicos e Privados



Entre 2000 e 2019 o número de hospitais privados passou de 94 para 127 enquanto o número de hospitais públicos diminuiu de 125 para 111.

Por seu lado em relação aos laboratórios de análises, dos 3.321 existentes em 2020, menos de 5% eram públicos.

Este crescimento do *negócio da doença* tem sido feito à custa da degradação da capacidade de resposta do Serviço Nacional de Saúde. O Estado transfere recursos públicos para a contratação de serviços privados, como é o caso das cirurgias em que os doentes são encaminhados para hospitais privados porque os hospitais públicos não são dotados dos recursos necessários para responder às necessidades. O mesmo se passa com os exames e análises onde, em vez de equipar os Centros de Saúde e os Hospitais com os meios de diagnóstico, o Estado paga esses serviços às clínicas privadas. Atualmente 40% do orçamento da saúde é entregue ao sector privado.

Situação dos cuidados de saúde no Concelho de Odivelas

O Concelho de Odivelas conta com 156.746 utentes inscritos, dos quais 45.017 não têm médico de família, o que equivale a 29% dos utentes, situação que se tem

vindo a agravar já que em 2020 o número de utentes sem médico eram cerca de 12.500, o que correspondia a 8% dos utentes inscritos.

A perspectiva de novas saídas de médicos nos próximos meses, devido à reforma, deixa antever um novo agravamento da situação podendo o número de utentes sem médico atingir os 50.000.

No concelho existem 11 Unidades de Saúde: 7 USF (Unidades de Saúde Familiar), 3 UCSP (Unidades de Saúde de Cuidados Personalizados) e 1 Convenção em Concorrência (serviços convencionados).

Unidades de Saúde		Médicos N.º	Utentes			
Tipologia	N.º		Total	Com Médico	Sem médico	
		N.º			%	
USF	7	57	88.573	87.676	897	0,01%
UCSP	3	13	60.956	16.844	44.112	72,4%
Convenção em concorrência	1	3	7.217	7.209	8	0,1
Total	11	73	156.746	111.719	45.017	28,7%

Regista-se uma gritante desigualdade nas condições de acesso aos cuidados de saúde por parte da população e das condições de trabalho dos profissionais conforme se trate de USF ou de UCSP. Enquanto nas primeiras, salvo raríssimas exceções, todos os utentes têm médico atribuído, nas segundas, a falta de médicos torna a situação absolutamente insustentável, obrigando os utentes a passarem horas ao frio e à chuva, em plena madrugada, para tentar obter uma consulta, o que em muitos casos se traduz em várias idas ao centro de saúde já que as senhas disponíveis são escassas face às necessidades. É assim em Caneças, Famões, Odivelas e Urmeira, onde a esmagadora maioria dos utentes não têm médico de família.

Unidade de Saúde	Utentes				Médicos
	Total	Com Médico	Sem Médico		
			N.º	%	
UCSP/ Urmeira e Pontinha	10 610	3 217	7 393	69,7 %	2
UCSP/ Caneças/Famões - Caneças	11 574	1 307	10 267	88,7 %	1
UCSP/ Caneças/Famões - Famões	7 009	1 427	5 582	79,6 %	1
UCSP/ Odivelas	31 763	10 893	20 870	65,7 %	9

Ausência de serviços de urgência

O serviço de urgência (CATUS), que funcionou durante décadas, deixou de existir empurrando as pessoas para os hospitais onde lhes dizem que são *falsos urgentes* e são remetidos para os Centros de Saúde, onde não têm médico.

O fecho das urgências no Hospital de Loures que ocorre com frequência, ora na obstetrícia, ora na pediatria, assim como a demora na obtenção de uma consulta de especialidade ou de uma cirurgia é consequência da falta de investimento.

Juntas Médicas emissão de Atestado Médico de Incapacidade Multiuso

Milhares de pessoas aguardam marcação para a junta médica para a avaliação de incapacidade e conseqüente emissão de atestados multiuso. Este certificado é obrigatório para as pessoas com determinado nível de incapacidade poderem receber os apoios da Segurança Social.

De acordo com a informação disponibilizada, (no Agrupamento dos Centros de Saúde Loures/Odivelas), há 5.000 pessoas à espera e nesta altura a junta médica está a responder aos pedidos de 2020.

O Grupo Parlamentar do PCP apresentou uma proposta para solucionar este problema, nomeadamente que fosse prorrogada a validade dos atestados médicos de incapacidade multiuso emitidos, até que a situação seja normalizada. Propostas que o PS rejeitou.

Plano de Emergência para o Serviço Nacional de Saúde

Por proposta do PCP, a Assembleia da República aprovou em 2018 uma resolução que recomendava ao governo **um Plano de Emergência para o Serviço Nacional de Saúde**, com vista a dotá-lo dos meios humanos, técnicos e financeiros necessários para assegurar o acesso de todos os utentes aos cuidados de saúde a que têm direito. Plano que contemplava as seguintes medidas:

1. A dotação de cada unidade de saúde dos recursos orçamentais adequados às necessidades da população e considerando a modernização dos equipamentos e o alargamento da capacidade da resposta pública, bem como a melhoria da organização dos serviços.
2. O Reforço do investimento público, em particular quanto à requalificação e construção de centros de saúde e de hospitais, especialmente dos hospitais de Évora, Seixal e Sintra (com a capacidade adequada para responder às necessidades da população) avançando rapidamente com os procedimentos necessários para a sua concretização.
3. A Identificação das carências de médicos, enfermeiros, técnicos de saúde, assistentes técnicos e operacionais e proceder à sua contratação e substituir as subcontratações e vínculos precários por contratações com vínculo público efetivo, (como estava previsto no Orçamento do Estado para 2018).
4. A Valorização dos profissionais de saúde no plano social, profissional e remuneratório, através da melhoria das condições de trabalho, reposição de direitos e dignificação das carreiras.
5. Atribuição de médico de família a todos os utentes e implementação do enfermeiro de família até final da legislatura. (Leia-se, Outubro de 2019).

6. A valorização e alargamento das valências dos cuidados de saúde primários, incluindo meios complementares de diagnóstico e terapêutica mais comumente utilizados, obedecendo a um planeamento a nível nacional.
7. Avançar com a reorganização da rede hospitalar, na perspetiva de reforço de serviço e valências e do número de camas, em articulação com os cuidados de saúde primários e continuados, otimizando os recursos públicos e tendo em consideração as necessidades dos utentes.
8. Reduzir os tempos de espera para consultas, cirurgias, tratamentos e exames de diagnóstico e terapêutica, assegurando a qualidade dos cuidados de saúde prestados em tempo útil, assim como a segurança dos utentes.

Como a realidade hoje demonstra, o PS no governo fez *ouvidos de mercador* e prefere proteger os interesses do negócio da doença, encerrando serviços com a capa da reorganização, e deixando as populações cada vez mais desprotegidas.

Voltamos a ouvir os responsáveis autárquicos do PS em Loures e Odivelas a fazer a apologia do regresso à Parceria Público Privada para o Hospital de Loures, como se o problema daquele Hospital não fosse a falta de profissionais que o governo teima em não contratar.

Vemos, no caso de Odivelas, a intenção de abrir as portas à privatização nos cuidados de saúde primários, com a criação de Unidade de Saúde Familiar tipo C, também designado por “Projeto Bata Branca”.

Defender o direito à saúde é reforçar o Serviço Nacional de Saúde. Para isso é absolutamente vital que se garantam, nos hospitais e centros de saúde, o reforço dos recursos humanos e materiais imprescindíveis por forma a garantir o direito da população ao acesso aos cuidados de saúde, nomeadamente:

- A contratação e fixação dos médicos e enfermeiros de família, pessoal administrativo e auxiliar;
- A valorização das carreiras e remunerações dos profissionais, como condição necessária à sua fixação;
- O reforço de verbas para a contratação de médicos e outros profissionais para o Hospital de Loures de forma a dar a resposta necessária nas urgências, nas cirurgias e nas consultas de especialidade.

A crescente degradação do acesso aos cuidados de saúde é consequência da falta de investimento do estado no SNS por parte dos sucessivos governos PS e PSD/CDS e das consecutivas rejeições, por parte do PS e dos partidos da direita, das propostas que o PCP ao longo dos anos tem apresentado para a valorização das carreiras e para o incentivo à fixação de médicos e enfermeiros.

É necessário e urgente a inversão desta política de destruição do SNS que o PS e os partidos da direita têm em curso.

Odivelas 25 de Março de 2023